SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO

Ofício nº 14 /2026
Ref. GAB/SEGOV nº 13 /2026

Aracaju, 23 de março de 2026

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos, pelo presente, seguindo determinação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminhar a Vossa Excelência a Mensagem nº 11 /2026, acompanhada do respectivo Projeto de Lei, que *"Altera a Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, para incluir a Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE como agente executor do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, e a Lei nº 9.180, de 10 de abril de 2023, que autoriza a constituição da referida Agência, e dá outras providências."*

Na certeza antecipada de sermos merecedores da cabente compreensão de Vossa Excelência e de seus dignos Pares, reiteramos-lhes nossos protestos de estima e consideração.

Cristiano Barreto Guimarães
Secretário Especial de Governo

Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual **JEFERSON ANDRADE**
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe

ALESE/SGM
RECEBIDO
Em, 24/03/2026
Assinatura
Telma Pureza Silva de Andrade Melo
Chefe de Gabinete /SGM

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM Nº 11/2026

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe,

Excelentíssimos Senhores
Deputados Estaduais.

Referência - Proposição: PROJETO DE LEI

Ementa: Altera a Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, para incluir a Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE como agente executor do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, e a Lei nº 9.180, de 10 de abril de 2023, que autoriza a constituição da referida Agência, e dá outras providências.

Cumprimentando essa Egrégia Assembleia Legislativa, tenho a grata honra e a imensa satisfação de comparecer perante Vossas Excelências, por intermédio desta Mensagem, com fundamento nas normas constitucionais que regem a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, para submeter à apreciação e deliberação dessa Ilustre Casa o incluso Projeto de Lei que

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM Nº 11/2026

"altera a Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, para incluir a Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE como agente executor do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, e a Lei nº 9.180, de 10 de abril de 2023, que autoriza a constituição da referida Agência, e dá outras providências".

A apresentação formal da presente propositura encontra respaldo na competência constitucional atribuída ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 59 da Constituição do Estado de Sergipe, bem como no art. 46 da mesma Carta Magna Estadual, que confere à Assembleia Legislativa a atribuição de apreciá-la e deliberar sobre a matéria.

O Projeto de Lei ora submetido tem como finalidade aperfeiçoar o modelo de governança do desenvolvimento industrial estadual, ampliando a capacidade executiva e estratégica do Poder Público frente às novas dinâmicas socioeconômicas regionais, nacionais e globais, mediante a inserção da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE como ente executor complementar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, em atuação coordenada e sinérgica com a já consolidada Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE.

O estabelecimento dessa parceria não implica sobreposição de atribuições, mas sim a estruturação de um modelo de ação compartilhada que articula, de forma eficiente, a capacidade de prospecção e mobilização de

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

investimentos, a estruturação de projetos complexos e a execução de políticas públicas de fomento produtivo. Tal desenho institucional confere maior profundidade técnica, celeridade decisória e amplitude estratégica ao PSDI, elevando substancialmente sua capacidade de impactar o desenvolvimento industrial de forma sustentável, inteligente e territorialmente equilibrada.

A DESENVOLVE-SE, sociedade de economia mista instituída pela Lei Estadual nº 9.180, de 10 de abril de 2023, foi concebida como instrumento de engenharia institucional sofisticada, voltado à estruturação de projetos estratégicos, à mobilização de capitais e à gestão de ativos de interesse público, com atuação transversal e integrada. A sua inclusão no escopo de execução do PSDI consubstancia um avanço determinante na consolidação de um modelo de governança modernizado, flexível e capaz de articular soluções de alta complexidade.

Tal inserção visa permitir uma resposta técnica e estruturada às transformações paradigmáticas da economia contemporânea, que exigem dos entes públicos capacidade de adaptação frente a temas como descarbonização produtiva, transição energética, revolução digital, neoindustrialização baseada em tecnologia e sustentabilidade, bem como rearranjos geoeconômicos nas cadeias globais de valor.

A dualidade operacional entre CODISE e DESENVOLVE-SE será regida por complementaridade, coordenação e sinergia, assegurando um

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

novo arranjo interorganizacional orientado por critérios de eficiência, racionalidade técnica e resultados mensuráveis.

A Agência aporta ao PSDI soluções contemporâneas de governança, destacando-se por sua capacidade de operar em mercados complexos, articular parcerias público-privadas, desenvolver modelagens jurídico-econômicas sofisticadas e promover inteligência institucional para a seleção, execução e monitoramento de empreendimentos estratégicos.

Importa sublinhar que a presente reformulação do arranjo institucional do PSDI preserva integralmente os princípios fundantes da Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, ao mesmo tempo em que os expande, aprofunda e atualiza conforme as mais modernas exigências de governança pública.

A incorporação da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE não representa ruptura com o modelo original, mas sim um aperfeiçoamento normativo que se insere na lógica da evolução institucional contínua, orientada pela busca de maior eficiência, transparência e efetividade na condução das políticas públicas.

Trata-se de um movimento de sofisticação da engenharia institucional do Estado, que dota o PSDI de instrumentos jurídicos, técnicos e operacionais compatíveis com os mais elevados padrões nacionais e internacionais de gestão do desenvolvimento. Ao conferir novo dinamismo à

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

governança industrial do Estado, a medida posiciona Sergipe de forma estratégica no cenário federativo, ampliando sua atratividade como ambiente de negócios e consolidando uma plataforma de políticas públicas apta a induzir transformações estruturais no tecido produtivo local.

Ao integrar a DESENVOLVE-SE como coexecutora do PSDI, o Estado de Sergipe expande significativamente sua capacidade de articulação institucional e execução estratégica frente às demandas cada vez mais complexas e dinâmicas do setor produtivo. A medida confere um salto qualitativo na atração e consolidação de investimentos, nacionais e internacionais, ao fortalecer o posicionamento competitivo do Estado no ecossistema federativo e no mercado global.

Paralelamente, contribui para o amadurecimento de uma cultura administrativa orientada à performance e à integridade, promovendo práticas de governança alinhadas aos mais elevados padrões de transparência, responsabilidade corporativa e sustentabilidade.

Ademais, o reforço da gestão do Fundo de Apoio à Industrialização – FAI ganha contornos de sofisticação técnica, com a incorporação de mecanismos modernos de análise de risco, avaliação de impacto e aferição de resultados, em consonância com os princípios da gestão pública baseada em evidências, assegurando maior "accountability" e retorno social sobre os investimentos públicos.

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

MENSAGEM Nº 11/2026

Cumpre ressaltar, com especial ênfase, que a inserção da DESENVOLVE-SE nas instâncias operacionais do PSDI representa um avanço qualitativo na engenharia institucional do desenvolvimento regional, ao estabelecer uma plataforma de execução dotada de elevada inteligência técnica, capacidade de coordenação intersetorial e visão territorial integrada.

Sua estrutura organizacional, cuidadosamente desenhada para contemplar áreas estratégicas do desenvolvimento contemporâneo, permite não apenas a atuação coordenada em setores como infraestrutura, energias renováveis, biotecnologia, tecnologia da informação, agronegócio e logística, mas também a articulação eficiente com entes subnacionais, instituições privadas e organismos internacionais.

Essa configuração institucional assegura capilaridade e penetração operacional em todo o território sergipano, garantindo alinhamento entre políticas setoriais, vocações regionais e diretrizes de planejamento de longo prazo, o que, por sua vez, eleva a capacidade do Estado de induzir transformações estruturais, sustentáveis e resilientes em sua base produtiva e social.

Outrossim, a DESENVOLVE-SE detém prerrogativas legais que lhe conferem ampla capacidade de articulação interinstitucional, permitindo-lhe celebrar acordos de cooperação com organismos multilaterais, instituições financeiras internacionais e agências de desenvolvimento estrangeiras. Essa prerrogativa permite a mobilização de recursos externos

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

não onerosos, a internalização de expertise técnico-gerencial de padrão global e a implementação de projetos estruturantes que extrapolam os limites convencionais das políticas públicas estaduais.

Tal capacidade insere o Estado de Sergipe em redes transnacionais de desenvolvimento, ampliando sua inserção em fóruns estratégicos e consolidando uma vantagem competitiva diferenciada no cenário federativo e internacional. Trata-se de atributo institucional que não apenas incrementa a atratividade do ambiente de negócios, mas também projeta o Estado como polo de inovação institucional e de excelência em gestão de projetos com impacto socioeconômico sustentável.

Destaca-se, ademais, como atributo institucional de elevada relevância, a capacidade da DESENVOLVE-SE de operar com instrumentos financeiros avançados, como fundos de investimento estruturados, debêntures de infraestrutura, fundos garantidores, operações de crédito sindicadas e mecanismos de mitigação e cobertura de riscos. Essa aptidão confere ao Estado um grau superior de sofisticação na modelagem e viabilização de empreendimentos de interesse público, elevando substancialmente a atratividade do ambiente de negócios local.

Ao conferir maior previsibilidade, segurança jurídica e estabilidade regulatória para investidores, nacionais e estrangeiros, tais instrumentos reforçam a confiança no ecossistema institucional sergipano. Além disso, possibilitam a adoção de uma lógica de desenvolvimento

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ancorada em métricas de desempenho, indicadores de impacto e retorno socioeconômico mensurável, alinhando o PSDI a parâmetros contemporâneos de governança orientada por valor público e eficiência econômica.

A articulação estratégica entre a CODISE e a DESENVOLVE-SE estabelece uma nova lógica de política industrial estadual, profundamente ancorada na dimensão territorial e na valorização das vocações econômicas regionais. Ao promover uma abordagem descentralizada, responsiva e baseada em evidências, o novo arranjo institucional possibilita a formulação de estratégias sob medida, orientadas por dados georreferenciados, diagnósticos setoriais e análises de potencial produtivo.

Esse modelo assegura maior acurácia no direcionamento dos investimentos públicos e privados, além de favorecer o adensamento das cadeias locais, a indução de externalidades positivas e o fortalecimento das economias regionais. A sinergia entre essas duas instituições confere robustez técnica e inteligência institucional à governança do desenvolvimento, assegurando uma atuação mais precisa, equitativa e transformadora, capaz de promover inclusão produtiva, coesão territorial e dinamismo econômico sustentável em todas as regiões do Estado.

Nesse contexto de reestruturação sistêmica das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial, a presente proposição legislativa reveste-se de elevada legitimidade técnica, respaldo institucional e coerência estratégica. Representa, de forma inequívoca, um marco evolutivo

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

na trajetória do Estado de Sergipe rumo a um modelo de governança mais integrado, responsivo e orientado a resultados.

A simbiose entre CODISE e DESENVOLVE-SE, delineada sob a égide da complementariedade de funções e da harmonização de competências, confere ao PSDI um novo patamar de institucionalidade e robustez operativa.

A convergência dessas duas entidades, cada qual detentora de expertise singular – uma consolidada na gestão de políticas públicas industriais e outra especializada na engenharia de investimentos e articulação com mercados complexos – potencializa sobremaneira a capacidade do Estado de conceber, executar e monitorar estratégias de industrialização sustentáveis, inovadoras e territorialmente equilibradas.

Trata-se, portanto, de medida paradigmática que sintetiza modernidade institucional, racionalidade técnico-operacional e compromisso com a transformação estrutural do ambiente produtivo sergipano.

Diante do exposto, submete-se esta proposição à análise desta augusta Casa Legislativa, confiantes de que sua aprovação representará um divisor de águas no fortalecimento da governança pública voltada ao desenvolvimento estadual.

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM Nº 11/2026

Esta proposição reflete, ainda, o compromisso do Governo do Estado com a modernização da Administração Pública, com a geração de oportunidades e com a construção de um ambiente socioeconômico mais próspero, coeso e competitivo, em consonância com os anseios da sociedade sergipana e os princípios da boa governança pública.

Portanto, Eminentes Deputados e Deputadas, trata-se de uma proposição relevante, tempestiva e de elevada densidade institucional, cuja repercussão estratégica transcende os aspectos formais da inovação normativa, projetando-se concretamente sobre a capacidade do Estado de conceber e implementar políticas industriais robustas, territorialmente equilibradas e sustentáveis.

Diante dessas razões, apelo a Vossas Excelências para que possam aquilatar a importância da presente medida legislativa e manifestar-se favoravelmente à sua aprovação.

Senhor Presidente,

Senhores(as) Deputados(as),

Pelas razões expostas nesta Mensagem, e na expectativa da ocorrência dos objetivos aqui defendidos, confio que esta proposição será devidamente compreendida e acolhida por essa Augusta Casa Legislativa.

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM Nº 11/2026

Por derradeiro, valho-me do ensejo para renovar a Vossas Excelências protestos de elevada consideração e apreço.

Saudações Democráticas!

Aracaju, 23 de março de 2026.

FABIO CRUZ MITIDIERI:65242777591

Assinado de forma digital por FABIO CRUZ MITIDIERI:65242777591
Dados: 2026.03.23 14:24:07 -03'00'

FÁBIO MITIDIERI
GOVERNADOR DO ESTADO

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

PROJETO DE LEI
DE DE DE 2026

Altera a Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, para incluir a Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE como agente executor do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, e a Lei nº 9.180, de 10 de abril de 2023, que autoriza a constituição da referida Agência, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o "caput", alterado e transformado o parágrafo único em § 1º e acrescidos os §§ 2º e 3º, referentes ao art. 1º; alterados o inciso I do "caput" e o § 3º, referentes ao art. 3º; alterado o § 2º do art. 6º; alterados os incisos II, V e VI do art. 8º; alterado o "caput" do art. 11; acrescentado o inciso V-A e alterados os incisos VI e VI-A do "caput" e o § 1º, assim como acrescentados os incisos I e II ao mesmo §1º, referentes ao art. 12, todos alusivos à Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC.

§ 1º O PSDI será administrado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC, e terá, como órgão consultivo e normativo superior, o Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI.

§ 2º A execução do PSDI compete à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE e à Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE, nos termos desta Lei e de sua regulamentação, observados os respectivos estatutos sociais.

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§ 3º As entidades referidas no parágrafo segundo gozarão de igualdade de participação no Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, cabendo à unidade captadora do empreendimento a análise e a instrução processual pertinente.

....." (NR)

"Art. 3º ...

I – Apoio Financeiro: participação acionária ou aquisição de debêntures, por parte do Estado de Sergipe, através da CODISE e da DESENVOLVE-SE, mediante utilização de recursos financeiros do FAI ou transferência de galpões industriais ou terrenos, em empreendimentos industriais novos, agroindustriais, de pecuária aquícola novos, no limite de até 30% (trinta por cento) do investimento total, e de empreendimentos turísticos novos, no limite de até 40% (quarenta por cento) do investimento total, tendo como parâmetro referencial a geração futura do ICMS.

.....

§ 3º As ações previstas no "caput" deste artigo serão executadas pela CODISE ou pela DESENVOLVE-SE, conforme regulamento e a origem da captação do empreendimento, e estarão sujeitas à aprovação do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI, mediante parecer técnico da SEDETEC:

....." (NR)

"Art. 6º ...

.....

§ 2º Ainda que enquadrado o empreendimento turístico, nos termos do parágrafo primeiro deste artigo, fica a empresa beneficiária obrigada a iniciar a recompra das ações a partir do 10º (décimo) ano de concessão do benefício, cabendo-lhe adquirir, até o final do período de concessão,

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROJETO DE LEI
DE DE DE 2026

100% (cem por cento) das ações subscritas e integralizadas pelo Estado de Sergipe, por intermédio da entidade que tenha sido responsável pela captação do empreendimento.

....." (NR)

"Art. 8º ...

.....

II – alterar a linha de produção que tenha fundamentado a concessão do benefício, ressalvada prévia e expressa aprovação da entidade captadora, após apreciação e manifestação favorável do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI;

...

V – reduzir o nível de emprego em relação àquele contido no projeto, ressalvada prévia e expressa aprovação das entidades captadoras, após apreciação e manifestação favorável do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI;

VI – não apresentar o Balanço Patrimonial, bem como toda e qualquer documentação solicitada pelas entidades captadoras, ou ainda, pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ;

...

....." (NR)

"Art. 11. Os recursos do FAI serão aplicados, nos termos desta Lei, exclusivamente na concessão do Apoio Financeiro, do Apoio Creditício, do Apoio Locacional, do Apoio Fiscal e do Apoio de Infraestrutura, como também na aquisição de imóveis para implantação de áreas industriais, na realização de obras de infraestrutura e em ações de apoio e suporte a atividades de desenvolvimento no âmbito da SEDETEC, da CODISE e da DESENVOLVE-SE.

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

PROJETO DE LEI
DE DE DE 2026

...

....." (NR)

"Art. 12...

.....

V-A – recursos provenientes da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE, baseados em percentual incidente sobre seus resultados operacionais, observado o mínimo de 0,5% (meio por cento), na forma a ser estabelecida por Decreto do Poder Executivo;

VI – as participações acionárias do Estado de Sergipe, através da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe - CODISE e da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE, decorrentes das aplicações do anterior Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI;

VI-A – as ações e/ou debêntures do Estado de Sergipe, adquiridas por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE e da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE, decorrentes das aplicações nas empresas;

...

§1º Os recursos do Fundo de Apoio à Industrialização – FAI serão movimentados em contas específicas, observada a seguinte padronização:

I – 'FAI/SEDETEC/CODISE', quando as operações forem executadas pela CODISE;

II – 'FAI/DESENVOLVE-SE', quando as operações forem executadas pela Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE.

...

....." (NR)

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

PROJETO DE LEI
DE DE DE 2026

Art. 2º Fica acrescentado o inciso IX ao art. 3º; acrescentado o inciso XIV-A ao art. 4º; alterado o inciso VII e acrescentados os incisos VIII a XI ao art. 15; bem como acrescentado o art. 15- A, todos referentes à Lei nº 9.180, de 10 de abril de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° ...

.....

IX – promover atos executórios, inclusive judiciais, relativos à desapropriação de bens imóveis vinculados a projetos de infraestrutura ou considerados estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Sergipe, desde que previamente declarados de utilidade pública por Decreto do Chefe do Poder Executivo, o qual poderá atribuir essa execução à Agência, inclusive para fins de imissão na posse e pagamento de indenizações, em consonância com os seus objetivos institucionais.

...

Art. 4º ...

.....

XIV - A – adquirir, por compra, permuta, dação em pagamento ou qualquer outra modalidade prevista em lei, bens imóveis necessários à consecução de seus objetivos institucionais e ao desenvolvimento de projetos estratégicos para o Estado, observada a legislação aplicável.

.....

Art. 15...

...

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

VII – outras receitas, inclusive dotações orçamentárias atribuídas pelo Estado em seu orçamento, como créditos adicionais e ordinários;

VIII – recursos oriundos de compensações ambientais e de valores pactuados em convênios ou em outros instrumentos de ajustes firmados com órgãos e entidades públicas competentes, desde que vinculados a finalidades compatíveis com o objeto da Agência;

IX – receitas oriundas de comercialização de créditos de carbono ou de outros ativos ambientais, nos termos da legislação pertinente.

X – receitas oriundas da execução de programas públicos ou da administração de fundos estaduais, conforme regulamentação específica ou instrumentos firmados com o Estado.

XI - receitas decorrentes da alienação de bens imóveis ou de ativos imobiliários, inclusive com previsão de ressarcimento dos custos incorridos na execução das atividades necessárias à sua viabilização, compreendendo:

a) a alienação de bens imóveis individuais ou de lotes de ativos imobiliários;

b) a execução de ações de cadastramento, regularização, avaliação e preparação dos bens imóveis para fins de alienação;

c) a execução das atividades necessárias à alienação dos ativos indicados, incluída a realização dos respectivos procedimentos licitatórios.

Art. 15-A. Fica autorizada a Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. – DESENVOLVE-SE a firmar convênios ou instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive com previsão de ressarcimento ou de cobertura de custos operacionais, destinados à gestão, à coordenação ou à supervisão de projetos, atividades, programas ou políticas

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

PROJETO DE LEI
DE DE DE 2026

públicas definidas pelo Poder Público, desde que compatíveis com o objeto social da Agência.

....." (NR)

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação, inclusive quanto à disciplina dos critérios operacionais no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju, de de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

FABIO CRUZ MITIDIERI:65242777591
Assinado de forma digital por FABIO CRUZ MITIDIERI:65242777591
Dados: 2026.03.23 14:08:45 -03'00'

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 3.140
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Alterada pela Lei nº 3.377, de 15 de setembro de 1993
Alterada pela Lei nº 3.590, de 27 de dezembro de 1994
Alterada pela Lei nº 3.674, de 06 de dezembro de 1995
Alterada pela Lei nº 3.680, de 20 de dezembro de 1995
Alterada pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999
Alterada pela Lei nº 4.525, de 1º abril de 2002
Alterada pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003
Alterada pela Lei nº 4.978, de 30 de setembro de 2003
Vide Decreto nº 22.230, de 30 de setembro de 2003
Alterada pela Lei nº 5.382, de 05 de julho de 2004
Alterada pela Lei nº 5.649, de 11 de maio de 2005
Alterada pela Lei nº 5.705, de 31 de agosto de 2005
Alterada pela Lei nº 5.851, de 16 de março de 2006
Alterada pela Lei nº 5.894, de 1º de junho de 2006
Alterada pela Lei nº 7.592, de 03 de janeiro de 2013
Vide Decreto nº 29.935, de 30 de dezembro de 2014
Alterada pela Lei nº 8.000, de 23 de abril de 2015
Alterada pela Lei nº 8.172, de 21 de dezembro de 2016
Alterada pela Lei nº 8.636, de 27 de dezembro de 2019
Alterada pela Lei nº 8.803, de 17 de dezembro de 2020
Alterada pela Lei nº 8.858, de 25 de junho de 2021
Alterada pela Lei nº 9.494, de 22 de julho de 2024
Alterada pela Lei nº 9.812, de 10 de dezembro de 2025

Institui o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, cria o Fundo de Apoio à Industrialização - FAI, e dá outras providencias.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

~~**Art. 1º** Fica instituído o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SEIC.~~

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº3.140
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Art. 1º Fica instituído o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio – SEIC. (Redação conferida pela Lei nº 4.525, de 1º de abril de 2002)

~~**Parágrafo único**. O PSDI será administrado pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Tecnologia e Meio Ambiente, e terá, como órgão consultivo e normativo superior, o Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI.~~

Parágrafo único. O PSDI será administrado pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e terá, como órgão consultivo e normativo superior, o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI. (Redação conferida pela Lei nº 4.525, de 1º de abril de 2002)

~~**Art. 2º** O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, tem por objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento socio-econômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional e/ou fiscal a empreendimentos da iniciativa privada, considerados necessários e prioritários para o desenvolvimento do Estado de Sergipe, nos termos desta Lei.~~

~~**Art. 2º** O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, tem por objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico estadual, mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional e/ou fiscal a empreendimentos da iniciativa privada. (Redação conferida pela Lei nº 3.377, de 15 de setembro de 1993)~~

Art. 2º O ***Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI***, tem por objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico estadual, mediante a concessão de Apoio Financeiro, Creditício, Locacional, Fiscal e/ou de Infra-Estrutura. (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~**Parágrafo único.** Entende-se como empreendimento da iniciativa privada, necessário e prioritário para o desenvolvimento do Estado, aquele que proporcione ou contribua para:~~

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº3.140
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Art. 3º O Apoio Financeiro, Creditício, Locacional, Fiscal e/ou de Infra-Estrutura, de que trata o art. 2º desta Lei, poderá ser concedido através de participação acionária, aquisição de debêntures conversíveis ou não em ações, financiamento, cessão de terrenos ou de galpões em áreas ou distritos industriais, estímulos na área fiscal e execução de obras de infra-estrutura, assim entendidos: (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003) (Vide Lei nº 8.490, de 28 de dezembro de 2018)

~~I - apoio financeiro: Participação acionária do Estado de Sergipe, através do Fundo de Industrialização – FAI, em empreendimentos industriais novos, no limite de até 30% (trinta por cento) dos investimentos fixos, tendo como parâmetro referencial a geração futura do ICMS.~~

~~I – apoio financeiro: participação acionária do Estado de Sergipe, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE, mediante utilização de recursos financeiros do FAI ou transferência de galpões industriais ou terrenos, em empreendimentos industriais novos, no limite de até 30% (trinta por cento) dos investimentos fixos, tendo como parâmetro referencial a geração futura do ICMS. (Redação conferida pela Lei nº 3.377, de 15 de setembro de 1993)~~

~~I – apoio financeiro: participação acionária ou aquisição de debêntures, por parte do Estado de Sergipe, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE, mediante utilização de recursos financeiros do FAI ou transferência de galpões industriais ou terrenos, em empreendimentos industriais novos, no limite de até 30% (trinta por cento) dos investimentos fixos; (Redação conferida pelo art. 1º da Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)~~

I - apoio financeiro: participação acionária ou aquisição de debêntures, por parte do Estado de Sergipe, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe – CODISE, mediante utilização de recursos financeiros do FAI ou transferência de galpões industriais ou terrenos, em empreendimentos industriais novos, agroindustriais, de pecuária aquícola novos, no limite de até 30% do investimento total, e de turístico novos, no limite de até 40% do investimento total; (Redação conferida pela Lei nº 5.649, de 11 de maio de 2005)

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

~~responsáveis pelas áreas: (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)~~

§ 3º A concessão do Apoio Financeiro, Creditício, Locacional, Fiscal e/ou de Infra-Estrutura a que se refere este artigo, deverá ser aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, dependendo sempre de parecer prévio da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e da Ciência e Tecnologia - SEICTEC; (Redação conferida pela Lei nº 5.851, de 16 de março de 2006)

~~I – da indústria – nos casos de apoio financeiro, creditício, locacional e fiscal; (Inciso incluído pela Lei nº 4.525, de 1º de abril de 2002)~~

I - da indústria - nos casos de Apoio Financeiro, Creditício, Locacional, Fiscal e/ou de Infra-Estrutura; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003) .

~~II – da fazenda – nos casos de apoio creditício e fiscal. (Inciso incluído pela Lei nº 4.525, de 1º de abril de 2002)~~

II - da fazenda - nos casos de Apoio Fiscal. (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~**§ 4º** O recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS, a que se refere a letra "a" do inciso IV deste artigo, ocorrerá quando da desincorporação do bem incentivado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 3.674, de 06 de dezembro de 1995)~~

~~**§ 4º** O recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS, a que se refere a alínea "a" do inciso IV do "caput" deste artigo, ocorrerá quando da desincorporação do bem incentivado, se ocorrer antes de completados os 48 (quarenta e oito) meses de sua aquisição. (Redação conferida pela Lei nº 4.525, de 1º de abril de 2002)~~

§ 4º O recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS, a que se refere à alínea "a" do inciso IV do "caput" deste artigo, não ocorrerá quando completados 48 (quarenta e oito) meses de sua aquisição, salvo se

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº3.140
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Art. 6º O prazo de concessão do Benefício Financeiro e do Creditício não poderão ultrapassar de 05 (cinco) anos e de 10 (dez) anos, respectivamente, a contar das respectivas liberações, e a forma de recompra de ações e/ou de debêntures adquiridas, e os critérios de remuneração e/ou amortização de financiamento, serão definidos e disciplinados em Regulamento. (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

§ 1º Excepcionalmente, no caso de empreendimento turísticos considerado de relevante importância para o Estado, o prazo de concessão do benefício financeiro, de que trata o "caput" deste artigo, poderá ser estendido até 20 (vinte) anos, por decisão do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI. (Parágrafo incluído pela Lei nº 5.649, de 11 de maio de 2005)

§ 2º Ocorrendo o enquadramento do empreendimento turístico nos termos do parágrafo anterior, fica, entretanto, a empresa beneficiária obrigada a iniciar a recompra das ações a partir do 10° (décimo) ano de concessão do benefício, conquanto que, ao final do referido período de concessão tenha adquirido 100% (cem por cento) das ações subscritas e integralizadas pelo Estado de Sergipe, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe – CODISE. (Parágrafo incluído pela Lei nº 5.649, de 11 de maio de 2005)

§ 3º A recompra de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada pela empresa beneficiária, observando-se o mínimo de 10% (dez por cento) de aquisição das ações ao ano. (Parágrafo incluído pela Lei nº 5.649, de 11 de maio de 2005)

~~**Art. 7º** Os financiamentos efetuados através do FAI sofrerão a correspondente correção, atualização ou reajuste monetário legalmente previsto.~~

Art. 7º Os financiamentos efetuados através do FAI sofrerão a correspondente correção, atualização ou reajuste monetário conforme dispuser o regulamento desta Lei. (Redação conferida pela Lei nº 3.377, de 15 de setembro de 1993)

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

LEI Nº3.140
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

~~**Art. 8º** Os incentivos e estímulos previstos nesta Lei não serão concedidos a empresas que estiverem em situação de irregular perante o Fisco Estadual e/ou forem inadimplentes junto ao Banco do Estado de Sergipe S.A – BANESE, ou a qualquer órgão ou entidade da Administração Estadual Direta ou Indireta, enquanto perdurar a irregularidade e/ou inadimplência.~~

~~**Art. 8º** Perderá o direito aos benefícios concedidos nos termos desta Lei, a empresa que: (Redação conferida pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999)~~

Art. 8º Perderá o direito aos benefícios concedidos nos termos desta Lei, a empresa que: (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~I - não efetuar o recolhimento do ICMS devido, nos prazos legais, ou deixar de amortizar, no respectivo vencimento, 02 (duas) parcelas de financiamento, consecutivas ou não; (Inciso incluído pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999)~~

~~I – não efetuar o recolhimento do ICMS devido, inclusive o decorrente de Substituição Tributária, ou deixar de amortizar, no respectivo vencimento, 02 (duas) parcelas de financiamento, consecutivas ou não; (Redação conferida pela Lei nº 4.525, de 1º de abril de 2002)~~

I - não efetuar o recolhimento do ICMS devido, sem justificativa prévia à Secretária de Estado da Fazenda - SEFAZ; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~II - alterar as características do produto que tenha fundamentado a concessão de benefício, ressalvada prévia e expressa aprovação da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe – CODISE, após apreciação e manifestação favorável do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI; (Inciso incluído pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999)~~

II - alterar a linha de produção que tenha fundamentado a concessão do benefício, ressalvada prévia e expressa aprovação da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

Sergipe - CODISE, após apreciação e manifestação favorável do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~III - reduzir, no caso de ampliação, a capacidade instalada, independentemente de aumento de faturamento; (Inciso incluído pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999)~~

III - não iniciar, a implantação do projeto, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contado do ato concessivo do benefício; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~IV - não iniciar, no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados do ato concessivo de benefício, a implantação do projeto; (Inciso incluído pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999)~~

IV - praticar crime contra a ordem tributária depois de transitada em julgado a correspondente sentença; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~V - praticar crime de sonegação fiscal, após transitada em julgado a correspondente sentença; (Inciso incluído pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999)~~

V - reduzir o nível de emprego em relação àquele contido no projeto, ressalvada prévia e expressa aprovação da CODISE, após apreciação e manifestação favorável do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~VI - reduzir o nível de emprego em relação àquele contido no projeto, ressalvada prévia e expressa aprovação da CODISE, após apreciação e manifestação favorável do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI. (Inciso incluído pela Lei nº 4.173, de 20 de dezembro de 1999)~~

VI - não apresentar o Balanço Patrimonial, bem como toda e qualquer documentação solicitada pela CODISE e/ou SEFAZ. (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

LEI Nº3.140
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Art. 11. Os recursos do FAI serão aplicados, nos termos desta Lei, exclusivamente na concessão do Apoio Financeiro, do Apoio Creditício, do Apoio Locacional, do Apoio Fiscal e do Apoio de Infra-Estrutura, como também na aquisição de imóveis para implantação de áreas industriais, na realização de obras de infra-estrutura e em ações de apoio e suporte a atividades de desenvolvimento no âmbito da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC, e da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE. (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~**Parágrafo único.** O ICMS objeto do estímulo será recolhido na data da liberação pelo FAI dos correspondentes recursos decorrentes do Apoio Creditício, obedecidos os prazos e percentuais estabelecidos na Resolução de enquadramento da empresa ou empreendimento no PSDI e no FAI. (Parágrafo incluído pela Lei nº 3.674, de 06 de dezembro de 1995)~~

Parágrafo único. O ICMS resultante do respectivo estímulo será recolhido quando da liberação, pelo ***FAI***, dos correspondentes recursos em decorrência do Apoio Creditício, obedecidos os prazos e percentuais estabelecidos na Resolução de Enquadramento da empresa ou empreendimento no ***PSDI*** e no ***FAI***. (Redação conferida pelo art. 1º da Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

Art. 12. Constituirão recursos do Fundo de Apoio à Industrialização - FAI:

~~I - os recursos alocados no Orçamento do Estado, que lhe forem destinados, a partir de recomendação ou audiência do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI;~~

I - os recursos alocados no Orçamento do Estado, que lhes forem destinados, a partir de recomendação ou anuência do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

II - os créditos adicionais que lhe forem destinados pelo Estado;

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

III - os recursos resultantes de empréstimos, financiamentos, repasses ou suprimentos de Agências ou Fundos Nacionais ou Internacionais de Desenvolvimento;

IV - os auxílios, doações, legados, subvenções, contribuições ou quaisquer outras transferências legais feitas por entidades, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

~~V - os resultados financeiros das vendas ou permutas de terrenos e galpões industriais ou para fins industriais~~;

V - recursos repassados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE, equivalentes a 5% (cinco por cento) do resultado financeiro das vendas de terrenos e galpões industriais ou para fins industriais; (Redação conferida pela Lei nº 3.377, de 15 de setembro de 1993)

VI - as participações acionárias do Estado de Sergipe, através da CODISE, decorrentes das aplicações do anterior Fundo de Desenvolvimento Industrial -FDI;

VI-A - as ações e/ou debêntures do Estado de Sergipe, adquiridas através da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE, decorrentes das aplicações nas empresas; (Inciso incluído pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

~~VII - o produto de dividendos, bonificações, amortizações e encargos financeiros resultantes das aplicações do FAI, bem como o da venda, do resgate ou da recompra de participação acionária e de debêntures conversíveis em ações;~~

VII - o produto de dividendos, bonificações, amortizações e encargos financeiros resultantes das aplicações do ***FAI***, bem como o da venda, do resgate ou da recompra de participação acionária e de debêntures conversíveis ou não em ações; (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

VII-A - recursos pagos pelas empresas industriais existentes e em funcionamento, beneficiárias do Apoio Fiscal, na forma do disposto no art.

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

~~"FAI/SEIC/CODISE". (Redação conferida pela Lei nº 3.377, de 15 de setembro de 1993)~~

~~§ 1º Os recursos do FAI, de que trata este artigo, serão depositados, mantidos e movimentados em conta específica do Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE, ressalvados os casos de exigência legal ou regulamentar de norma operacional da respectiva fonte repassadora, para manutenção em outro estabelecimento financeiro oficial vinculado ao Governo Federal, sempre com a denominação "FAI/SEICT/CODISE. (Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 3.674, de 06 de dezembro de 1995)~~

§ 1º Os recursos do FAI, de que trata este artigo, serão depositados, mantidos e movimentados em conta específica do estabelecimento financeiro oficial vinculado ao Governo do Estado, ressalvados os casos de exigência legal ou regulamentar de norma operacional da respectiva fonte repassadora, para manutenção em outro estabelecimento financeiro oficial vinculado ao Governo Federal, sempre com a denominação de "FAI/SEIC/CODISE". (Redação conferida pela Lei nº 4.525, de 1º de abril de 2002)

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso I do "caput" deste artigo serão consignados, anualmente, na proposta orçamentária do Poder Executivo, em montante a ser apurado segundo o incremento real da arrecadação do ICMS recolhido pelas empresas beneficiadas pelo FAI. (Parágrafo incluído pela Lei nº 3.674, de 06 de dezembro de 1995)

~~§ 3º Os recursos orçamentários serão liberados, mensalmente, em favor do FAI, em montante a ser calculado pela Secretaria de Estado da Fazenda, tomando-se como base o incremento real do ICMS recolhido pelas empresas beneficiárias. (Parágrafo incluído pela Lei nº 3.674, de 06 de dezembro de 1995)~~

§ 3º Os recursos orçamentários serão liberados, mensalmente, em favor do ***FAI***, em montante a ser calculado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. (Redação conferida pela Lei nº 4.914, de 25 de agosto de 2003)

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

LEI Nº 9.180
DE 10 DE ABRIL DE 2023

Alterada pela Lei nº 9.346, de 26 de dezembro de 2023
Alterada pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025

Autoriza o Poder Executivo a constituir a Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A. - DESENVOLVE-SE, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A, doravante denominada DESENVOLVE-SE, pessoa jurídica de direito privado, na forma de sociedade de economia mista, regida pelas disposições da Lei das sociedades por ações, por estatuto próprio e por legislação que lhe for aplicável, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC.

Art. 2º A Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE tem sede e foro na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, e sua duração é por prazo indeterminado.

Art. 3º A Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE visa cumprir papel de relevante interesse coletivo, tendo como objeto social impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado de Sergipe, conforme planejamento estratégico do Governo, possuindo as seguintes competências:

I - desenvolver relações internacionais e criar condições para a melhoria da competitividade dos setores econômicos do Estado nos mercados nacional e internacional;

II - realizar a gestão de ativos e participações de modo a contribuir com a consecução dos seus objetivos institucionais;

III - desenvolver e executar projetos de concessão comum, concessão patrocinada, concessão administrativa, concessão regida por legislação setorial, permissão de serviço público, concessão de uso ou arrendamento de bem público, concessão de direito real e os outros negócios

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

público-privados para o desenvolvimento econômico do Estado;

IV - desenvolver programas e ações destinadas à desburocratização e melhoria do ambiente de negócios no Estado de Sergipe;

V - auxiliar o órgão central do Sistema de Planejamento e Monitoramento Estratégico do Poder Público Estadual no planejamento de longo prazo de Sergipe;

VI - desenvolver e executar projetos estruturantes e atrair investimentos para o Estado;

VII - atuar em outras atividades relacionadas com as finalidades previstas neste artigo desde que em acordo com as disposições legais estaduais e federais vigentes.

VIII - atuar na produção de modelagens arquitetônicas e construtivas inteligentes e na gestão sustentável do ambiente construído. (Inciso incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

Parágrafo único. O objeto social da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE pode ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral, na forma prevista pelo estatuto social.

Art. 3º-A Na elaboração dos estudos e projetos relacionados ao seu objeto social, inclusive de arquitetura e engenharia, a DESENVOLVE-SE pode atuar no papel de escritório de projetos unicamente em favor da Administração Pública, ocasião em que sua atividade principal deve se constituir na coordenação e supervisão das atividades de estruturação, compatibilização e integração dos referidos estudos e projetos. (Artigo incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

§ 1º A subcontratação de consultores externos ou de terceiros pela DESENVOLVE-SE para elaboração dos estudos e projetos relacionados ao seu objeto social pode ser autorizada pela Administração Pública contratante, que deve fixar, no respectivo instrumento contratual, as suas condições, não se admitindo a transferência das parcelas de maior relevância do objeto, assim entendidas como a coordenação e supervisão das atividades de estruturação, compatibilização e integração dos referidos estudos e projetos. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

§ 2º Na hipótese prevista no §1º deste artigo, a elaboração dos serviços técnicos contratados deve ser revisada e orientada pela DESENVOLVE-SE ao longo da modelagem até a entrega das versões definitivas ao contratante. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

§ 3º Cabe à DESENVOLVE-SE a revisão crítica do material elaborado pelos consultores, a definição das premissas e diretrizes da modelagem final, a liderança do projeto e a integração dos diversos estudos em um todo coerente e harmônico. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

§ 4º A modelagem final entregue ao contratante deve ser elaborada e subscrita pela equipe técnica da DESENVOLVE-SE, devendo constar referências aos consultores ou terceiros participantes da elaboração dos estudos, relatórios ou projetos, os quais devem compartilhar os direitos autorais do produto final. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

§ 5º Para o exercício das atividades previstas neste artigo, a DESENVOLVE-SE pode ser contratada, mediante dispensa de licitação, por órgãos ou entidades da Administração Pública, nos termos do inciso IX do art. 75 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

§ 6º Na hipótese prevista no §5º deste artigo, a precificação dos serviços deve levar em conta a remuneração pelas atividades previstas no "caput" deste artigo, bem como o ressarcimento pelos custos desembolsados com a contratação de terceiros para a elaboração dos estudos e projetos. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.599, de 15 de janeiro de 2025)

Art. 4º A Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE, no exercício de suas competências, pode:

I - firmar convênios, acordos, contratos e ajustes com órgãos da administração pública direta ou indireta, inclusive fundações, e com entidades privadas, para a consecução dos seus fins;

II - receber doações e subvenções;

III - planejar, incorporar, comercializar e locar imóveis e outras atividades correlatas, como apoio aos setores secundários e terciários,

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

diretamente ou com a participação de agentes do setor público ou da iniciativa privada;

IV - administrar os recursos financeiros oriundos das prestações dos seus serviços;

V - realizar estudos, divulgar oportunidades de investimentos, o potencial socioeconômico do Estado e seus produtos mais característicos;

VI - fornecer consultoria, assessoria, intermediação, prestação de serviços, suporte técnico para negócios associados ao seu objeto social;

VII - realizar, participar e apoiar feiras e missões, congressos, seminários, exposições e outros eventos, de forma a subsidiar com informações básicas, objetivando o desenvolvimento do setor produtivo e dos demais setores, nos quais a agência venha a atuar;

VIII - implementar ações de promoção e atração de investimento;

IX - participar do capital de sociedades industriais, comerciais, agrícolas, agroindústrias e de serviços, com utilização de recursos financeiros próprios ou bens do seu patrimônio, visando estimular o crescimento econômico do Estado de Sergipe;

X - participar do capital de sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir objetos de parceria público-privada - PPP, em conformidade com o disposto na Lei (Federal) nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública, e de acordo com as normas estaduais pertinentes;

XI - participar de fundo de capital de risco que invista em empresas de base tecnológica ou em empresas emergentes, de micro e pequeno porte, bem como em empresas de médio e grande porte, cujas implantações em território sergipano sejam consideradas de elevada relevância para a economia sergipana, assim definidas pelas instâncias próprias existentes no Poder Executivo e desde que sejam utilizados recursos próprios da DESENVOLVE-SE;

XII - adquirir quotas de fundos mútuos de investimentos em empresas emergentes, desde que sejam utilizados recursos próprios da DESENVOLVE-SE;

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

§ 1º O balanço anual da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE deve ser acompanhado de relatórios, acerca da documentação contábil e de desempenho administrativo, auditado por empresa de auditoria externa reconhecida.

§ 2º A destinação do lucro e o pagamento dos dividendos devem ser definidos pela política de distribuição de dividendos, a ser aprovada anualmente pelos administradores e conselheiros da empresa.

Art. 13. O Poder Executivo fica autorizado a integralizar sua participação no capital da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE, podendo, para tanto:

I - utilizar imóveis de seu patrimônio, ou que venha a desapropriar, para atendimento do seu objeto social;

II - destinar dotações orçamentárias apropriadas;

III - abrir crédito especial.

Parágrafo único. A integralização do capital através de incorporação de bens imóveis deve ser precedida de avaliação, conforme a legislação vigente.

Art. 14. O Estado de Sergipe deve participar da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE, na qualidade de acionista controlador, devendo ser assegurado de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembleia-Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia.

Parágrafo único. O Estado, por seus representantes, deve usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia com o fim de fazer a DESENVOLVE-SE realizar o seu objeto e cumprir sua função social, atentos aos deveres e responsabilidades para com os demais acionistas, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.

Art. 15. Constituem receitas da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE:

I - as rendas oriundas de dividendos ou da venda de ações de

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

sociedades das quais venha a participar;

II - os rendimentos oriundos de contratos, ajustes e acordos;

III - o produto da venda, arrendamento, concessão de uso, ou empréstimos a título oneroso de imóveis e equipamentos;

IV - o produto oriundo da prestação dos seus serviços;

V - o rendimento de aplicações financeiras que venha a realizar com recursos próprios;

VI - créditos de qualquer natureza que lhe forem destinados;

~~VII - outras receitas, inclusive dotações orçamentárias atribuídas pelo Estado em seu orçamento, como créditos adicionais e ordinários.~~

VII - outras receitas; (Redação conferida pela Lei nº 9.346, de 26 de dezembro de 2023)

Art. 16. A Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE deve exercer suas atividades em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, devendo seguir as normas gerais de licitação e contratação a que se vinculam as empresas estatais.

Art. 17. O regime jurídico do pessoal da Agência Sergipe de Desenvolvimento S.A - DESENVOLVE-SE é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei (Federal) nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e da legislação complementar, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 18. Ato do Conselho de Administração da DESENVOLVE-SE deve definir o Quadro de Pessoal Permanente da entidade, incluindo os empregos de provimento efetivo, os de provimento em comissão e as funções de confiança, necessários ao alcance das finalidades institucionais da Agência, em conformidade com o art. 173, § 1°, II, da Constituição da República Federativa do Brasil e com a Lei (Federal) n° 13.303, de 30 de junho de 2016, e a Lei Complementar (Federal) n° 101, de 04 de maio de 2000, em especial os artigos 15, 16 e 17.

§ 1º A fixação do quantitativo inicial dos empregos e das funções

Autenticar documento em https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade
com o identificador 3100310035003400360037003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
Extraído do Portal de Legislação do Governo de Sergipe - LegisOn https://legislacao.se.gov.br/

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 3100310035003400360037003A005000

Assinado eletronicamente por **Paulo Vieira da Cunha Filho** em **25/03/2026 09:22**
Checksum: **ABCB434543761CBD6D7D8FF7C71265AD5D9EED8EE235C510D618E2AD84D0CC21**